

MP cria 'royalty' para terra indígena

Regra ainda em gestação vai facilitar a desapropriação de reservas para projetos de infraestrutura e foi duramente criticada pela Funai

André Borges
Paulina Chamorro / BRASÍLIA

No momento em que aumenta a pressão sobre as terras indígenas, o governo trabalha em uma Medida Provisória (MP) que autoriza o avanço de projetos de infraestrutura dentro de terras indígenas, o que hoje é proibido por lei. A proposta é polêmica e alimenta divergências dentro do próprio governo, por conta de forte reação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Reportagem publicada ontem pelo Estado revelou os detalhes da MP. Gestada na Casa Civil, ela estabelece uma compensação financeira aos índios por conta da utilização de parte de suas terras homologadas. No caso de construção de hidrelétricas, o texto cria ainda uma participação anual no resultado da operação da usina destinada às comunidades diretamente afetadas.

A compensação financeira corresponderia a um índice de 2% sobre o valor da terra. O cálculo levaria em conta uma fórmula que considera o preço estimado da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), multiplicado por metro quadrado afetado pela obra.

● **Cálculo**
2,0%
do valor da terra seria o percentual básico para o cálculo da compensação financeira, pois a conta ainda consideraria o preço estimado pelo Incra, multiplicado pelo metro quadrado que for afetado pela obra.

No caso dos projetos hidrelétricos, há ainda a previsão de um adicional de 0,6% sobre o preço da compensação financeira preestabelecida por conta do impacto em suas terras, em desembolsos anuais.

Para administrar a arrecadação desses "royalties", foi estabelecida a criação de um fundo. O Fundo de Apoio aos Povos Indígenas (Fapi) será tocado por um comitê gestor, presidido pelo Ministério da Fazenda, com participação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Justiça. Os recursos serão centralizados em uma conta na Caixa Econômica Federal. Em nenhum momento, a MP menciona a participação da Funai.

A proposta caiu como uma bomba na fundação. O Estado teve acesso a um memorando da Funai encaminhado, terça-feira, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, após analisar o texto da MP.

No documento, o presidente da Funai, João Pedro Gonçalves, é taxativo ao se mostrar contra a MP e faz críticas duras sobre a pressa do governo em tentar levar adiante uma decisão tão complexa.

Segundo a Funai, a proposta, feita a toque de caixa, desrespeita princípios democráticos e de consulta os povos, que podem ser atingidos pelos empreendimentos. "Não comungamos com o açodamento com que o assunto passou a ser tratado", afirma o presidente da fundação, acrescentando que já estão em andamento discussões interministeriais sobre o tema que "resguardavam com mais clareza os interesses dos indígenas, sob o prisma da proteção de direitos e da dignidade da



Cúpula do Clima. Cacique Raoni (C) denuncia MP em Paris e pede ajuda de Hollande

PARA ENTENDER

Fica mais fácil erguer usinas

Por trás do interesse do governo em aprovar a MP está a liberação de grandes projetos de infraestrutura, principal-

mente no setor elétrico, como duas mega hidrelétricas previstas para serem erguidas no Rio Tapajós, numa área completamente preservada da Amazônia, totalmente rodeada por terras indígenas.

Há quatro anos o governo

tenta avançar no licenciamento ambiental na área de Tapajós. No entanto, os projetos atingem diretamente terras já demarcadas ou em processo de homologação pela Funai. A mineração é outra prioridade da medida.

pessoa humana, e foram, em sua maioria, descartadas na minuta ora analisada".

No comando da Funai há quatro meses, João Pedro Gonçalves declarou ainda que, "em um governo popular e nitidamente democrático, não nos parece configurar como boa prática a completa ausência de participa-

ção da população que será diretamente afetada nesse processo de construção normativa".

O Ministério da Justiça, ao qual a Funai é vinculada, não quis se manifestar sobre o assunto. O Estado apurou que o posicionamento da fundação causou espanto e desconforto entre titulares da Justiça. A MP

estabelece que a liberação de projetos de hidrelétricas que afetem terras indígenas obtenha autorização do Congresso Nacional, sem consulta prévia aos povos afetados ou à Funai.

O ministro da Casa Civil, Jacques Wagner, disse que nada foi decidido e que a MP não está em discussão neste momento.

Cacique Raoni pede ajuda de Hollande

BRASÍLIA

A medida provisória foi alvo de denúncia pelo cacique Raoni, em Paris, na Cúpula do Clima (COP21). Em encontro realizado ontem com o presidente francês, François Hollande, a principal liderança indígena do País relatou sua preocupação com a proposta. "Esse documento foi uma surpresa para mim. Eu entreguei para ele, tratei sobre isso. Já tinha a PEC 215 e, de repente, eu fico sabendo disso. Isso vai causar muito problema para os indígenas", afirmou Raoni à *Rádio Estadão*.

Raoni pediu a Hollande que trate sobre o assunto com a presidente Dilma Rousseff. "Essa medida pode causar muitos danos, não só para a comunidade indígena, mas também para a biodiversidade. Eu pedi para ele conversar sobre essa questão com a presidente Dilma."

Para Márcio Santilli, sócio fundador do Instituto Socioambiental e ex-presidente da Funai, a proposta é inconstitucional. "A imposição desse esbulho ético por medida provisória seria o reconhecimento cabal da sua própria ilegitimidade."

Com a MP, o governo quer regulamentar o artigo 231 da Constituição Federal, uma proposta antiga do governo federal e defendida há muito tempo pelo setor elétrico, por ruralistas e pela indústria da mineração. / P.C. e A.B.